



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2014

(Do Sr. Nilson Leitão)

Requer informações ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário Exmo. Sr. Miguel Soldatelli Rosseto, sobre regularização fundiária dos desintrusados da fazenda Suiá Missú no município de Alto Boa Vista no estado de Mato Grosso.

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no artigo 50, § 2º da Constituição Federal, e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as informações abaixo elencadas ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário Exmo. Sr. Miguel Soldatelli Rosseto, sobre regularização fundiária, no Estado de Mato Grosso.

- Situação atual dos beneficiários assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária, relacionando o numero de assentamentos e identificação nominal de cada um deles no pós desintrusão da Fazenda Suiá Missú no Município de Alto Boa Vista/MT.
- Relação dos Beneficiários pelos programas de créditos de custeio e investimento aos agricultores familiares pelo MDA no pós desintrusão da Fazenda Suiá Missú no Município de Alto Boa Vista/MT, contendo nome do Titular, CPF, numero do contrato, valor total do crédito de forma individualizada, bem como a situação atual do crédito por beneficiário.
- Numero de famílias assentadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA no Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF no Município de Alto Boa Vista/MT.
- Total de famílias beneficiadas pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar desde seu início até esta data no Município de Alto Boa Vista/MT, especificando seus titulares bem como os emancipados ou titulados.



Câmara dos Deputados

- Registro total de famílias cadastradas, com data do cadastramento na condição de acampadas no Município de Alto Boa Vista/MT, e qual a atual etapa de seu processo para se tornarem assentados e beneficiários do Programa Nacional de Agricultura Familiar.
- Numero de funcionários do INCRA e MDA que se encontram lotados no Município de Alto Boa Vista/MT ou que atendem este município.
- Nos assentamentos existentes no Município de Alto Boa Vista/MT como se encontra a situação atual de infra estrutura, água, luz, saneamento básico, moradia, estrada, escola, posto de saúde.

JUSTIFICAÇÃO

Assim, as informações que solicitamos são de fundamental importância para o desempenho de nossas atribuições constitucionais, no acompanhamento das ações do Poder Executivo.

Em decisão que determinou o reforço policial na Terra Indígena Marãiwatsédé, em Alto Boa Vista, a 1.064 km de Cuiabá, a Justiça Federal responsabilizou o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) por impulsionar o conflito entre indígenas e posseiros, porque não cumpriu com a obrigação de alocar os não-índios em outra área. Por meio da assessoria de imprensa, o Incra informou que só vai se pronunciar sobre o assunto quando for notificado.

A área de cerca de 165 mil hectares foi declarada como território xavante pela Justiça, que determinou a retirada dos posseiros do local. A desocupação começou em dezembro de 2012 e terminou no mês seguinte. O Incra ficou com a responsabilidade de reassentar as famílias que se enquadrassem no perfil da reforma agrária, o que ainda não teria ocorrido.

No despacho, o juiz substituto da 1ª Vara Federal, Ilan Presser, determinou que o superintendente regional do Incra em Mato Grosso, Valdir Barranco, apresente em 5 dias relatório dos trabalhos de assentamentos e da liberação de dinheiro para a construção de moradias.

“Não é exagero afirmar que o descumprimento da obrigação da autarquia fundiária, de alocação dos posseiros em outra área, incrementa e eterniza o conflito, fazendo da Terra Indígena Marãiwatsédé uma verdadeira ‘bomba relógio’, em estado permanente de tensão, ante o inaceitável descumprimento dos comandos judiciais”, diz trecho da decisão.



Câmara dos Deputados

De acordo com a Justiça Federal, o Incra realizou a seleção, cadastramento e assentamento de 97 famílias no projeto Casulo Vida Nova, em Alto Boa Vista. Outras 174 famílias, também cadastradas, se negaram a ser assentadas no Projeto de Assentamento Santa Rita, em Ribeirão Cascalheira.

Em relatório de abril de 2013, consta a informação de que o Incra já teria disponibilizado o crédito para instalação, apoio e fomento para Casulo e que em 30 dias seria providenciado material para subsidiar as entidades que apresentariam projeto de construção das habitações, no Programa Minha Casa, Minha Vida, do governo federal.

Em junho, foi determinado que o Incra desse novas informações sobre a situação dos não-índios cadastrados, o que ainda não foi feito.

No entanto, em relatório de viagem feito pelo MPF, com vídeos realizados na terra indígena, foi revelado que o projeto Casulo encontra-se praticamente deserto, diferentemente da situação que havia sido relatada pelo Instituto, o que constata, nas palavras do juiz, “uma injustificável inércia do Incra na efetivação de suas incumbências”.

Se descumprir a decisão, o superintendente poderá sofrer responsabilização pessoal. Presser determinou também que a Secretaria-Geral da Presidência da República e a Superintendência Nacional do Incra sejam certificados da determinação

"O tempo para nós, é diferente daqueles que estão sofrendo", diz Incra para desabrigados da Suiá Missú

O diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, Richard Torsiano, reconheceu os problemas apontados na audiência pública

Agência da Notícia com Redação



Sem uma solução pragmática, o Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra), reconheceu durante audiência pública em Brasília, na Câmara Federal que o governo não tem dado a devida atenção para os ex-moradores da Suiá Missú, porém não apresenta nenhuma solução, apenas palavras doces de consolo.

O diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, Richard Torsiano, reconheceu os problemas apontados na audiência pública, mas disse que o governo está empenhado em solucionar essa situação.

Ele afirmou que o Executivo está repassando R\$ 300 mil para a prefeitura de Alto da Boa Vista construir estradas e liberando R\$ 3.200 para cada família como crédito inicial de fomento. Torsiano também afirmou que os recursos para construção das moradias já estão autorizados e liberados.

No entanto, o representante do Incra reconheceu uma obviedade, “o tempo para nós, que estamos nos gabinetes com ar condicionado em Brasília, é diferente do tempo daqueles que estão sofrendo”.

Já o deputado, Nilson Leitão (PSDB) foi mais emblemático, e disse que o governo primeiro tira as pessoas da terra, depois busca soluções que demoram um século, e no fim as pessoas ficam morando em favelas rurais, “temos que mudar as políticas públicas de demarcações de terras indígenas, pois quem sofre é o produtor que antes tinha como produzir e ter seu sustento, hoje é um devedor do Banco, e por fim um favelado rural sem condições de viver”, diz.

Reprodução/Ilustrativa





Câmara dos Deputados

Assim, as informações que solicitamos são de fundamental importância para o desempenho de nossas atribuições constitucionais, no acompanhamento das ações do Poder Executivo.

Sala das Sessões, de de 2014

Deputado Nilson Leitão
PSDB/MT